



Jornalismo e democracia: o protesto como modalidade de acesso político na esfera pública¹

Rafael Marroquim²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O protesto enquanto acontecimento jornalístico abarca diferentes modalidades de acesso no campo político e de incorporação de temas no idioma público da mídia. O estudo em análise - a manifestação contra o aumento no preço das passagens de ônibus no Recife, em 2005 -, revela a postura midiática de retorno à ordem institucional, a busca desmedida por líderes e por culpados na composição discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; protesto; acesso político.

1. Considerações iniciais

O reconhecimento do jornalismo como campo, lugar onde os sentidos são reconhecidos e intermediados, permite a possibilidade de se examinar os processos discursivos e simbólicos engendrados na construção do real a partir da notícia. No entanto, ao invés de considerar esse espaço como “abrigo” de outros domínios da experiência e representações sociais, parte-se da premissa de que, ao dispor de relações específicas, a prática jornalística opera e interpreta novos universos discursivos, cria sistemas próprios para representar.

O protesto, como “relevo” na ordem do cotidiano, aporta uma dimensão de revolta, luta pelo não-desejado que pode atingir diferentes níveis de modalidade de acesso no campo do jornalismo e no apelo à opinião, sendo também capaz de alterar a cobertura jornalística de um acontecimento. O caso em análise, as mobilizações contra o aumento no preço das passagens de ônibus, em 2005, no Recife, imprimiu uma reversão da cobertura midiática e sobrepôs a agenda de discussão pública à agenda dos profissionais políticos. O despertar nas ruas revelou novos atores e levou a diferentes rotinas na cobertura do transporte público em Pernambuco.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, email: rafael_marroquim@yahoo.com.br



O desabrolhar da manifestação, em 17 de novembro de 2005, foi acompanhado até seu abrochar, exatamente um mês depois. O protesto teve início após um reajuste de 9,55% no preço médio das tarifas de ônibus, anunciado quatro dias antes pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) por decisão do Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos (CMTU). Revoltados, estudantes e parte da população irrompem mobilizações, primeiro, no Centro do Recife (PE), seguidas por outras áreas e cidades. Nos primeiros momentos, os ônibus tiveram janelas quebradas e pneus esvaziados pelos manifestantes. Pedras eram lançadas, ruas e avenidas, interditadas.

Não se sabia ao certo quem eram os responsáveis pelas depredações. Entidades estudantis falavam em “infiltração” no movimento. O fato é que as matérias pareciam ambientadas no descrédito da mobilização para o público. Os estudantes eram minimamente mencionados, atados ao codinome “vândalos”. Embora reprovável por alguns, a destruição de parte dos ônibus tornou-se o argumento para a não incorporação do debate racionalmente estabelecido entre a sociedade civil e o poder público. Cada rua interditada era interpretada como ausência da polícia na manutenção da ordem.

Após a ação da polícia, em parte por influência dos *media*, o termo “estudantes” voltou a ser empregado. De passiva, a atuação dos policiais passou à ativa, convertendo-os, paradoxalmente para os jornais, como vilões. Em três semanas, representantes de organizações estudantis conseguiram um assento no CMTU e fazer com que o governo extinguisse o uso do passe-estudante depois da 0h.

O êxito, contudo, residiu na inclusão do tema do jornal, mesmo sob pressão da opinião, no interior da esfera pública. Ainda que assente em um modelo liberal de democracia, o campo do jornalismo abriu margem, na situação de crise, à percepção deliberativa, com a diminuição das desigualdades sociais entre interlocutores na esfera discursiva. Essa mudança atuou como referência de organização do discurso público e como instrumento de influência sobre o poder governamental, ao por em causa a possibilidade de abertura do debate na composição do noticiário.

2. O protesto e as modalidades de acesso político

A manifestação dos estudantes em 2005 evidencia a formação de vontade e opinião dentro de um processo essencialmente disruptivo. O movimento que toma ruas excede na própria transfiguração simbólica de atos e conclama outros setores da sociedade para um debate antes adormecido. Os cenários periféricos dos enunciados cristalizaram-se em subculturas, movimentos sociais capazes de encenar e dramatizar



contribuições para incursão na agenda pública da mídia. O tratamento formal diante da espetacularização, mesmo tardio, atingiu de modo abrupto o sistema político e a própria cobertura jornalística diante da abordagem do tipo de acontecimento.

O despertar em opinião se relaciona a uma tríplice cadeia de construção entre instâncias: o poder político, o jornalismo e o público. A inserção do debate nas sociedades complexas não pode ser entendida sem a presença dessas categorias. A ação de qualquer delas no que diz respeito às demais desequilibra o caráter deliberativo das decisões, criando situações distintas na interpretação da realidade sobre os acontecimentos, bem como as possibilidades de significá-los diante da vida coletiva. O devir no espaço público pode ser equacionado segundo esses norteadores, importando verificar como eles se posicionam em uma situação determinada.

A orientação nos fluxos da comunicação segue, de acordo com Habermas (1997), três modelos na proposição de temas e politicamente relevantes. Eles são divididos em modelo de acesso interno (*inside access model*), de mobilização (*mobilization model*) e de iniciativa externa (*outside initiative model*). As mudanças entre os termos compreendem, simplificadamente, a influência que circula entre a esfera pública e o sistema político. No primeiro caso, os profissionais do campo da política são os responsáveis pela proposição de temas, disseminada por canais da esfera de poder até mesmo sem a participação expressiva da opinião.

No segundo, a iniciativa também parte dos profissionais políticos, embora com o consentimento da esfera pública para que seja alcançada a legitimação suficiente na proposição ou decisão. Como exemplo, pode-se considerar os referendos, votações de caráter não periódico para aprovação de uma medida para os casos em que existe um dissenso entre os atores da política institucionalizada. Por fim, no terceiro modelo, a iniciativa parte dos que se encontram à margem de condições para mobilização formal do público, reunidos em torno da opinião. Habermas (1997) atribui a esse último a capacidade de articular uma demanda; tentar propagar em outros grupos da população o interesse na discussão proposta, a fim de angariar visibilidade na agenda pública e fazer “pressão” naqueles que possuem poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal.

O protesto em análise inscreveu-se na terceira categoria, ou seja, no anti-fluxo do governo e demais relações formais de poder, contrariando a direção centrífuga (do centro para fora) estabelecida usualmente no debate político. Isso fica provado quando a



expressão latente de revolta com o transporte público transcende os limites topográficos e reticulares para a fluidez das experiências no espaço público. No nível nacional, principalmente as notícias enviadas por agências, deixavam claro como a manifestação no Recife atingiu outras capitais do país.

Estudantes do Recife fizeram escola e ontem, cerca de 200 alunos de escolas públicas de Itabuna, no interior da Bahia, repetiram as manifestações realizadas há cinco dias na capital pernambucana e fizeram muito barulho contra o aumento de 16,67% na tarifa de ônibus, que passou de R\$ 1,20 para R\$ 1,40. (Estudantes protestam. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 24/11/2005).

O mesmo se repetiu com a cobertura do movimento contra o reajuste nas tarifas em Maceió (AL).

Depois do Recife, em Pernambuco, e Itabuna, na Bahia, ontem foi a vez de protestos contra reajuste no preço da passagem de ônibus urbano acabarem em tumulto na capital alagoana. Cerca de cem estudantes apedrejaram pela manhã a Prefeitura de Maceió e arrombaram o portão principal do prédio durante manifestação contra o aumento da passagem, que passou de R\$ 1,45 para 1,60 há 15 dias. (Estudantes apedrejam prefeitura. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 25/11/2005).

A instauração do tema proporcionou novos movimentos da sociedade civil, tornou público um problema que parecia já velado na agenda dos periódicos. Reuniões do Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos (CMTU) tiveram de ser remarçadas, o poder judiciário e o Ministério Público de Pernambuco lançaram resoluções considerando o aumento abusivo. Órgãos como a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e a própria Assembléia Legislativa de Pernambuco passaram a discutir o reajuste nas tribunas. Os jornais dispensavam uma ou duas páginas diárias para tratar da questão.

Habermas (1997) considera que a sociedade civil está mais suscetível a despertar uma opinião generalizada, já que as estruturas comunicacionais estão intimamente vinculadas aos domínios da vida privada, fazendo da periferia o termômetro social para novos problemas, ao captá-los e identificá-los antes que os centros da política. A desobediência civil, nessas circunstâncias, torna-se imperativo, pois se situa no estrado da busca por uma maior audiência e, conseqüentemente, de legitimidade no terreno político-jornalístico.

Essas transgressões simbólicas, violentas ou não, surgem como contraponto à atitudes de governança avaliadas como ilegítimas e atacam, no geral, em dois portos. Em um deles, “apelam aos responsáveis e mandatários, para que retomem deliberações



políticas formalmente concluídas, e para que revisem eventualmente suas decisões”. No outro, “para o juízo crítico de um público de pessoas privadas, a ser mobilizado através de meios não-convencionais” (HABERMAS, 1997). A opinião é, dessa maneira, contraposta aos conteúdos e aspectos normativos do Estado de Direito e passa a inscrever-se na agenda política dos *media*.

3. O protesto e a representação: uma microfísica da opinião

O processo narrativo da construção de notícias perpassa espaços onde a realidade pode ser objetivada, vista sob os olhos de quem assiste e também participa às representações cotidianas. O lugar de encontro entre essas esferas pode também ser considerado como um “palco”, onde discursos se materializam diante de estratégias de encenação. Visto por outro ângulo, o protesto também encarna dimensões e formas de popularidade.

A opinião, quando encarnada como expressão figurativa do campo do jornalismo, personifica atos coletivos em adjetivos singelos, e assume, por vezes, a posição de uma coletividade. Em sua janela sobre as ditaduras invisíveis, Eduardo Galeano (2007) escreve que a liberdade de opinião permite que você escute aqueles que opinam em seu nome.

A seleção abstrata de pessoas descrevendo acontecimentos e emitindo valores sobre assuntos de qualquer natureza, o “fala povo”, exemplifica o modo como a opinião é enquadrada com toques de universalização sobre os fatos. No início da manifestação dos estudantes em Pernambuco as pessoas eram admitidas pelo grau de desventuras acumuladas em virtude do ato. As frases eram interpostas a formações discursivas como “praça de guerra” ou “momentos de pânico”. As matérias davam a sensação de que a população era contra qualquer disposição na ordem do estado de coisas.

Os que mais sofreram foram os usuários de ônibus. Além de esperar no interior dos veículos, o medo da confusão gerada pelos estudantes era visível. “Estou em pânico. Estava num médico, na Rua Gervásio Pires, e quando fui surpreendida pela manifestação. Estou com uma filha me esperando e não tenho como chegar até ela. Concordo que a passagem está muito cara, mas não acredito nessa forma de protesto. Isso é vandalismo”, criticou a estudante Kalina da Paz, 32 anos. (Medo e angústia nas ruas. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 19/11/2005).

A representação da opinião, no entanto, prolonga-se para o além-palco, intérpretes recompõem o texto e contra-regras mudam constantemente os cenários a



depende da condução do espetáculo. “A política é, com efeito, ao mesmo tempo *sistema de relações* entre sujeitos – entre representados e representantes -, e *encenação* – colocação em representação – dessas relações. (...) Constitui-se a ver teatralmente ao público que ela representa” (LANDOWSKI, 2002, p. 188) distribuindo papéis entre atores e dividindo-os em atos particulares para uma melhor compreensão de cada cena.

Entre salas e camarins, o público é re-interpretado em recortes do real. De sorrisos a histerias, (contra)argumentos, é abrigo à opinião de outrem. Essa dramatização da vida política intermediada pela mídia é comparada por Landowski (1992) ao teatro grego. Do mesmo modo que em Atenas a disposição dos espetáculos consiste na cena propriamente dita - o *logeion* - e a *orquestra*, local onde o coro se localizava e observava as ações dos atores, comentado-as em proveito dos espectadores. A esses últimos era relegada à arquibancada – *koilon* – lugar da instância testemunha. A partir dos modelos de acesso pode-se aprofundar, nessa dramaturgia funcional, ao que denominamos de *microfísica da opinião*.

Se aplicadas na vida política das sociedades modernas, as três modalidades são concernentes aos governantes (“olimpianos” ou “heróis” responsável pela encenação), o campo dos *media* (corifeu – mediador entre a cena e a arquibancada) e os governados (público empoleirado nas galeras que assiste, normalmente, a um roteiro pré-fabricado). À classe política e ao coro são destinados o estatuto de porta-vozes, detentores da opinião – “sujeitos falantes” – ao contrário do público, constituídos na posição de espectadores.

A geografia cênica, contudo, abrange outras modalidades de intermediação entre as esferas propostas. As pontes hermenêuticas entre ambas permitem, segundo Landowski (1992), a aparição de categorias que repousam na microfísica da opinião pública. A primeira delas confere a opinião o caráter de *destinador*, isto é, a classe política seguindo as “determinações” dos representados. O termo (destinador), ora empregado, refere-se, fundamentalmente, ao caráter de ação – capacidade de “*fazer agir*” outros sujeitos - que o emprego da palavra “opinião” (ou referência mais genérica à vontade do público) carrega em si.

Porém, além do pressuposto da categoria *destinador* (“seguir a opinião”), deve-se atentar para ocasiões em que a opinião pública pode (por uma série de razões – principalmente a desinformação com relação a legítimas pretensões de verdade) vir a cometer equívocos. Nessa condição surgem duas vertentes possíveis: os porta-vozes



(coro/campo jornalístico e “heróis”/campo político) tirar proveito da falta de informação de modo a “enganar a opinião” (*antidestinator*); ou, de outro modo, *fazer saber* a opinião para reconduzi-la à “boa razão”, mesmo que isso implique em desafiá-la (*não-antidestinator*). Essa terceira categoria trata-se de uma relação conflitual, ao contrário das duas primeiras que são fundadas no consenso social, justificador do fazer político, que pode assumir “ora um caráter verídico (*destinator*), ora um caráter ilusório ou enganador (*antidestinator*)”.

Sabe-se, de fato, desde Aristófanos, o quanto o actante coletivo – coro ou opinião - é suscetível de desvios. Se ele se engana em seu modo de apreciar a conduta dos heróis, cabe ao corifeu – no teatro – reconduzi-lo a uma apreciação mais justa das coisas, fazendo-o conhecer o ponto de vista dos deuses. Da mesma maneira, são hoje necessários políticos eloqüentes – e, mais ainda, jornalistas bem informados – para “esclarecer a opinião” e retificar os erros de juízo que ela é levada a cometer sobre todas as coisas, e em primeiro lugar sobre as condutas políticas dos dirigentes (LANDOWSKI, p. 26, 1992).

Por esse prisma, o jornalismo deve também se prestar ao desafio (*não-antidestinator*) da opinião pública. Cabe-lhe advertir (informar) as verdadeiras resultantes da implementação de políticas, no plano cognitivo, mesmo quando seu discernimento vai de encontro ao do público. O grau de crítica, nesse contexto, é dividido em duas veredas inter-relacionadas: a criticidade quanto à ação dos “heróis”, diminuindo a autonomização da classe política; quanto à própria sociedade civil, que por vezes pode ser induzida ao erro. Passa-se pelo critério de uma *pedagogia política* a partir de pretensões cabíveis de verdade (dialógicas) indispensáveis à tomada de decisão do público. De modo inverso, o material noticioso pode também encenar o papel de *antidestinator*, ao passo em que - no que concerne à “avaliação” da cena empreendida pelos profissionais políticos -, deixa ao largo o debate criticamente fundado e passa ao relato “espetacular”, denúncia pela denúncia (muitas vezes desprovida de fundamento e explicação).

Existe ainda uma quarta configuração em que heróis e coro, também de modo conflitual, se encontram medindo forças com a opinião (espectadores) como num campo de batalha. Esse “afrontamento da opinião” (*não-destinator*) sucede, de fato, como uma “luta perdida de antemão”, já que a opinião é superior a qualquer outra instância de política individualizada como partidos, governo, assembléias.

Com relação ao campo do jornalismo, percebe-se uma tênue linha margeando a legitimidade dos veículos para com o público, o que impede, em certo nível, afrontas expressivas, conforme atenta Hallin (1985):



Por mais poderosos que se tenham tornado, (os media) têm de manter alguma reminiscência de diálogo com o público, o que significa que, apesar de tudo, existe sempre um certo grau de abertura, uma dupla dimensão no processo de comunicação – quando surge o desafio aos limites do discurso político (“normalizado”) por parte de um público ativo, os media não podem ignorá-lo sob pena de porem em perigo a sua própria legitimidade (Hallin, 1985, p. 143, apud in Esteves, 2003).

4. Dos critérios de seleção

O protesto como notícia é diretamente proporcional ao grau de transgressão à lógica do cotidiano que abarca. A depender da durabilidade e dos atores envolvidos pode reunir características distintas, mas dificilmente dissociadas do potencial *disruptivo*, capaz de mobilizar os campos político, jornalístico e o público. Desse modo, a concepção de ordem nas notícias varia de acordo com o tipo de desordem, como a defesa da propriedade, preservação da vida, ou de “direito de ir e vir”.

Duas características emergem na cobertura pautadas na ausência da ordem: “as notícias de desordem social monitoram o respeito dos cidadãos para com as autoridades; as de desordem moral avaliam se as autoridades figuram respeito às leis” (GANS, 1979, p. 60) e procedem com retidão na qualidade de decisões encampadas na resolução de controvérsias. Na investigação do protesto estudantil de 2005³, essas distinções tornaram-se patentes.

As notícias eram selecionadas com base em três diferentes temas: o *disruptivo*, quando do desenrolar de uma manifestação, gerando surpresa e mudanças na lógica racional dos acontecimentos; a *agenda*, no anúncio *mediático* de novas mobilizações ou reuniões da polícia e governo na busca de uma solução; e o *retorno à ordem*, com a caça aos culpados e a interferência direta do poder judiciário, do campo político, além de outras organizações e entidades. Na medida em que protesto tomava diferentes rumos, o tipo de notícia também se alterava. Como em um apólogo, começava com as ações que iriam compor a história até recair na moral, parte final do texto.

Gráfico 1.

³ A investigação compreendeu 69 matérias, dispostas em 31 edições de jornais. Os apontamentos fazem referência à análise de conteúdo do periódico (Jornal do Commercio) arqueadas nos critérios morais de noticiabilidade (Gans, 1979) e na teoria política. Para melhor avaliação do tema, dividimos as variáveis de análise em três momentos do protesto: início da manifestação, início da mudança na cobertura e fim do acontecimento no periódico.



O início do protesto, mesmo antecipado pelos jornais, foi marcado, essencialmente, por considerações substantivas de noticiabilidade. Por ter ocorrido no Centro da cidade, o impacto que produziu atingiu a um grande número de pessoas, o que conferiu *relevância* ao acontecimento. A avaliação parte também nos setores da sociedade afetados. Nas matérias, a busca era sempre tripartida: as pessoas que estavam esperando ônibus, os motoristas presos no trânsito e o comércio, enquadrado a partir do prejuízo com a falta de clientes.

No primeiro momento, as notícias-agenda se sucediam a cada dia de mobilização, indicando que uma nova alteração na ordem poderia irromper. Os atores governamentais condenavam o ato, mas evitavam, de imediato, uma revisão na decisão iniciada quase uma semana antes do primeiro protesto. No segundo, a busca pelo retorno à normalidade, antes ausente, cresce consideravelmente, comprovando que, ao término da exposição do ‘relevo’, “as notícias procuram pelas partes responsáveis para identificar os agentes da desordem moral” (GANS, 1979, p. 53). Essa procura ocorreu de duas maneiras: a primeira com a prisão de estudantes e outras pessoas durante a manifestação (primeiro momento), seguida pela cobrança ao poder público (segundo e momentos finais).

A transgressão, assim, é logo mantida com antídotos. A cobrança ao poder político na aplicação de regras, mesmo coercitivas, foi sugerida desde o início da cobertura. O prontuário precisava ser lido e aceito tal qual uma receita médica. Quando a busca pelos culpados foi invertida dos estudantes para a polícia e o Estado, o jornal



recorreu a uma figura central, no momento, o comandante do Batalhão do Choque da Polícia Militar, o tenente-coronel Luís Meira.

As *truculências* praticadas contra estudantes pelo comandante do Batalhão de Choque (BPChoque), tenente-coronel Luís Meira, e *flagradas pela imprensa*, podem vir a derrubá-lo de uma das unidades mais fortes da Polícia Militar de Pernambuco. Ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PE) e entidades ligadas aos direitos humanos pediram o afastamento do oficial, que há quatro anos comanda *com mão de ferro*⁴ o BPChoque. O pedido, feito pela manhã durante ato público realizado na sede da OAB, repercutiu no governo e no comando da PM, que imediatamente determinou a retirada do tenente-coronel das operações de rua. (Coronel Meira na corda bamba. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 24/11/2005).

No protesto foi evidente que os jornalistas não só recorrem a líderes, como também os recrutam. Por se tratar de um ato iniciado pelo movimento estudantil, composto por diversas entidades (muitas vezes antagônicas), as notícias em relação ao aumento no preço das passagens de ônibus não possuíam, de pronto, fontes oficiais. Os estudantes eram reportados sem vínculos diretos às agremiações, o que ofertava uma polissemia discursiva incomum na estrutura da informação. Após seis dias de início do movimento, os jornais indicaram seus núcleos entre sujeitos, um misto de mártires promovidos pela própria imprensa⁵.

No meio dos estudantes, dois se destacavam. No dia anterior, seus rostos estavam estampados nas páginas dos jornais. Ossi Ferreira de Lima apareceu levando uma gravata do tenente-coronel Meira, enquanto Kleiton Aguiar passou mal depois de levar spray de pimenta. A imagem agora era outra. “Estamos fazendo história. Provamos que a nossa luta é pela paz”, disse Ossi. O abraço dos dois confirmava o sentimento de alegria que ontem imperou nas ruas do Recife. (Passeata vitoriosa e sem baderna. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 24/11/2005).

O desabrochar do protesto, enquanto forma de visibilidade da sociedade civil, deu-se, portanto, com a redução no nível de anormalidade aliado ao aumento das notícias de retorno à ordem. A agenda transitou entre as duas categorias, sempre com o intuito de criar intervalos, como no teatro, entre as “cenas”. A análise dos tipos de notícia também ratificou o processo de narração do acontecimento no momento em que ele surge, é maturado como tema na esfera pública, e desaparece, mesmo temporariamente, das páginas da imprensa e do debate na opinião.

⁴ Grifo nosso.

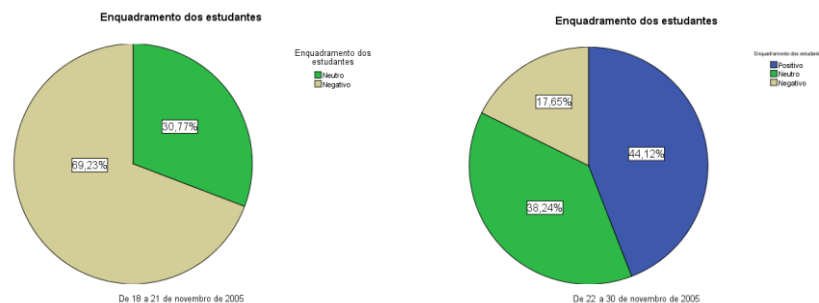
⁵ O jornal utilizou os estudantes como porta-vozes em outras situações. Nos momentos finais do protesto optaram pela escolha de outras fontes, como o presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Geraldo Vilar, que, após as manifestações, tornou-se membro Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos (CMTU).

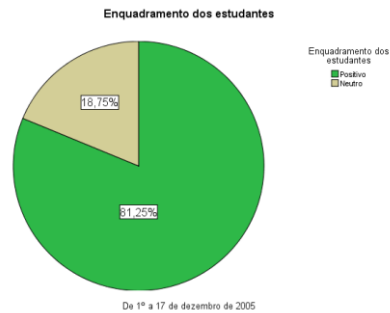
4.2 Entre quadros e acontecimentos

O recorte do real narrado pelos jornalistas em forma de notícia cria quadros da experiência (*frames*), determinantes na seleção do mais relevante no texto, no modo como serão dispostos os fatos de um acontecimento, as manchetes que o devem compor. A leitura dessas imagens, presentes no uso de cada palavra, traz um universo de significados nem sempre perceptíveis. Schudson (1999, p. 279) aponta que “o poder dos media não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas sob as quais as declarações aparecem”.

O enquadramento dado no protesto foi investigado pela forma como o jornal se reportava aos estudantes e à polícia. A cobertura, marcada por uma alteração repentina entre os dois atores, evidenciou o processo discutido nas fontes de cada período. Os estudantes eram, no começo, denominados “vândalos”, depredadores de ônibus em potencial. Apesar de alguns terem destruído parte dos transportes públicos, o jornal preferia a *metonímia*. Nesse momento, os estudantes sequer ocupavam espaço nas matérias, era como uma comunicação negada de antemão por conta das ações que promoviam a anormalidade. Nenhuma notícia enquadrando os manifestantes positivamente foi registrada.

Gráfico 2.





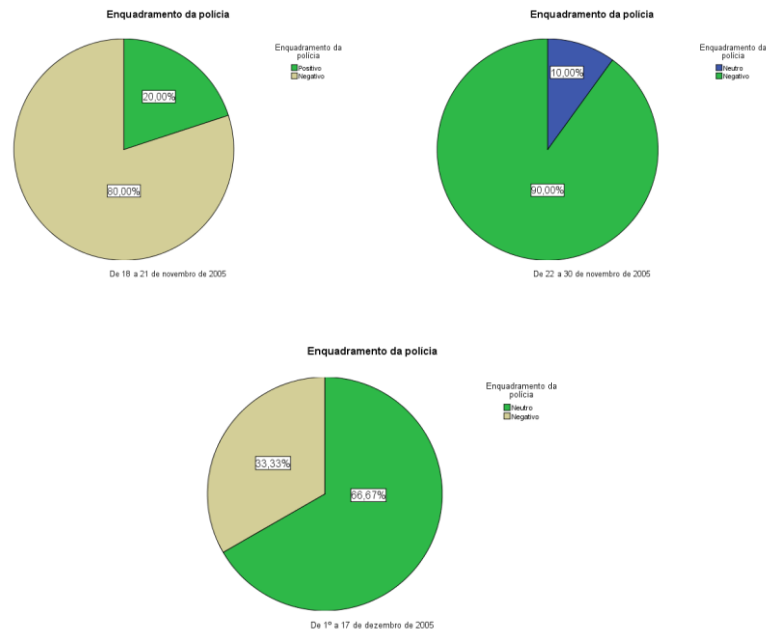
A mudança no enquadramento é consideravelmente invertida do primeiro para o segundo momento⁶. Em um intervalo de três dias, os estudantes são tomados em outra perspectiva, como vítimas da ação da polícia e aqueles que lutam pelos direitos da maioria. As notícias passaram a registrar os fatos com aportes narrativos de vencedores contra vencidos. Entre os exemplos, estão as formações discursivas “bandeiras tremulavam”, “recebem o apóio da população”, “passeata vitoriosa e sem baderna”. Com o tempo, a relação se inverte por completo. A ponto de, ao término do protesto, nenhuma notícia negativa aos estudantes ser identificada.

De quadros primários, o jornal inscreveu o acontecimento em outra categoria, ao perceber que a perspectiva inicial era considerada de maneira diferenciada pelo público. A adoção de quadros secundários (GOFFMAN, 1984) corroborou com os novos dispositivos de encenação dos fatos. A transformação enunciativa proporcionou uma nova versão, talvez a mais aceita pela sociedade, e depois pela própria mídia, de que o aumento poderia mesmo ser abusivo, superior as taxas de inflação. De acordo com Shudson (1999, p. 289) “não há somente uma narrativa da política nas notícias; as notícias são parte da política da forma da narrativa”, o que atesta a linha tênue entre legitimidade, interesse e público na construção do noticiário.

A polícia, por seu turno, foi avaliada negativamente nos três momentos de investigação, embora por razões diferentes. O jornal parecia dialogar diretamente com o poder público, na cobrança de medidas que considerava essenciais ao trabalho dos policiais diante das modificações nos rumos do ocorrido. As “orientações” nesse momento de crise desenvolveram novos acontecimentos *fazendo agir* não só a sociedade civil como o Estado. Ao despertar em sonatas e contraltos, o coro ia, a seu modo, tentando reger a turbulenta orquestra dos fatos. Dessa vez, calaram-se os instrumentos marciais, quase sem direito a serem ouvidos no concerto.

⁶ Os critérios de positivo e negativo tiveram por base uma análise do discurso avaliada em outra parte da pesquisa. Pelo critério de espaço, optamos por não aborda-la neste artigo.

Gráfico 3.



Nas três ocasiões, o jornal não lançou uma notícia positiva sequer à atuação da polícia. Embora, tentassem representar a maneira como os policiais deveriam agir. As “orientações” poder público vieram em dois recados: o primeiro solicitava mais ação da Polícia Militar no controle aos estudantes; o segundo ocorre quando o Estado anuncia a medida solicitada, com a inversão de opinião dos *media* sob os adjetivos de “truculência” e “falta de controle emocional dos policiais” na repressão aos manifestantes. A alteração pode ser melhor entendida por meio dos textos escritos à época.

“PM age tardiamente e perde controle sobre manifestantes”, estampava manchete de 19/11/2005, dois dias após o início do protesto. A administração pública, como seguindo o eco de uma pseudo-opinião, recorreu ao alívio-imediato, um diagnóstico recém-fabricado por quem se dizia especialista em questões públicas, no retorno a “normalidade”. Dois dias depois da notícia o periódico trazia seu próprio discurso na boca de outrem, nesse caso, do próprio Estado.

*A passividade demonstrada pela Polícia Militar nas primeiras horas do segundo protesto estudantil contra o aumento das passagens de ônibus, na sexta-feira passada, não deverá se repetir.*⁷ Ontem, o secretário de Defesa Social, João Braga, garantiu que a determinação a partir de agora é coibir com força os atos de vandalismo e baderna,

⁷ Grifo nosso.



como os ocorridos na semana passada, quando pelo menos 47 ônibus foram depredados, a maioria com passageiros no interior. (PM usará força contra vândalos. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 21/11/2005).

As alterações entre os campos político e jornalístico se perpetuam numa disputa intermitente de argumentos e discursos. O enquadramento mediático do acontecimento, entendido como ato perlocucionário, transformou-se em determinação estatal, mudando os rumos da manifestação. Com a ação efetiva da polícia, estudantes e outras pessoas que participavam do movimento figuraram de bandidos a heróis em poucos dias. O erro do oráculo não resultou, de toda sorte, na perda da guerra, mas no eterno retorno de novas “orientações”, uma variação repentina da instância duas caras. Sob o peso de se abolir da categoria provedor de visões, o jornal optou pelo outro lado, a sociedade civil.

Na dispersão, estudantes foram espancados. Na correria, um menor de 16 anos caiu e terminou encurralado na calçada por vários PMs. “Me bateram na barriga, nas costas e jogaram spray de pimenta em cima de mim. Depois, quando estavam me levando para o camburão, ainda deram um tapa na minha cara. Eu estava imobilizado, os policiais todos em cima, não tinha nem como reagir”, afirmou o adolescente, que foi levado para a delegacia (Polícia reprime estudantes em dia de ação truculenta. Notícia publicada pelo Jornal do Commercio em 23/11/2005).

5. À guisa de conclusão

O protesto, como critério-notícia, representa a possibilidade de ruptura na ordem e na revisão de regras e normas. Possuem maior potencial de noticiabilidade de acordo com o grau de anormalidade que abarcam. O retorno à ordem e o estabelecimento de culpados inserem-se na busca dos periódicos pela destituição do estranho, conturbador, embora esses últimos relevos-acontecimento sejam sempre critérios de seleção do que será reportado.

A polarização entre estudantes e policiais demonstrou a capacidade do jornal em pautar a agenda política sob “orientações” dos rumos, antídotos, que deveriam ser tomados na resolução da anti-ordem. Os enquadramentos revelaram-se importantes indicadores desse contexto, uma vez que as *metáforas* apresentadas pelo periódico (guerra/vitória) coincidiram com a variação nas formas de aparição da sociedade civil e da polícia.

O protesto, nessas circunstâncias, é deslocado como uma questão discursiva, num jogo de construções simbólicas permeado pelo dito e não-dito das teias do



significado. As operações narrativas dispensadas supõem-se portadoras do real, que numa confusão mítica, terminam por reforçar uma intenção no preto-vermelho da manchete ou no seu descolorir. Embora o debate, diante das adversidades, tenha vigorado no idioma público da mídia, se tratou de uma exceção, à deriva do que deveria ser o papel deliberativo do campo jornalístico, de inclusão das minorias por um “canal” de acesso externo em relação às estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

ESTEVES, João Pissara. *Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo/RGS: Unisinos, 2003.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GANS, Hebert J. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. New York: Panteon Books, 1979.

GOFFMAN. *Frame analysis. An essay of the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Volume I. Madrid: Taurus, 1988.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997, v. II.

LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992).

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja Editora, 1999.